

Demonstrações Contábeis

Eólica Agreste Potiguar VI S.A
(Em fase pré-operacional)

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
Eólica Agreste Potiguar VI S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Agreste Potiguar VI S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Agreste Potiguar VI S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Aspectos Relacionados ao Ponto de Conexão da Usina

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às demonstrações contábeis que descreve incertezas relacionadas aos problemas estruturais existentes no ponto de conexão da usina a ser construída, impedindo o escoamento da energia a ser gerada, afetando assim a viabilidade da usina, e conseqüentemente tem impedido o início de sua construção. Caso não haja uma solução para os problemas relacionados à conexão da usina, possivelmente sua viabilidade será comprometida em definitivo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 17 de Abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de Abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Eólica do Agreste Potiguar VI S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		28.407	28.542
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.394	1.993
Investimentos de curto prazo	5	26.405	24.377
Imposto de renda e contribuição social a compensar		608	2.172
Não circulante		-	1.358.672
Imobilizado em curso	6	-	1.358.672
Total do ativo		28.407	1.387.214
Passivo			
Circulante		2.199	11.351
Fornecedores		2.056	11.333
Outros tributos a pagar		143	18
Não circulante		1.590.169	1.430.889
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	869.742	710.462
Contas a pagar com partes relacionadas	7	720.427	720.427
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(1.563.961)	(55.026)
Capital social	8	1.000	1.000
Prejuízos acumulados		(1.564.961)	(56.026)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		28.407	1.387.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar VI S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	9	(24.734)	(24.014)
Baixas do imobilizado		(1.486.375)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(1.511.109)</u>	<u>(24.014)</u>
Despesas financeiras	10	(44)	(354)
Receitas financeiras	10	2.218	15.307
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(1.508.935)</u>	<u>(9.061)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(1.508.935)</u></u>	<u><u>(9.061)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar VI S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(1.508.935)	(9.061)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.508.935)</u>	<u>(9.061)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar VI S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.000	(46.965)	(45.965)
Prejuízo do exercício	-	(9.061)	(9.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.000	(56.026)	(55.026)
Prejuízo do exercício	-	(1.508.935)	(1.508.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000	(1.564.961)	(1.563.961)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar VI S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.508.935)	(9.061)
Ajuste do lucro:		
Baixa do imobilizado	1.486.375	-
Receitas sobre aplicações financeiras	(2.188)	(15.402)
Atualização monetária	(138)	(185)
	<u>1.484.049</u>	<u>(15.587)</u>
Variações patrimoniais - ativo		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.703	732
Variações patrimoniais - passivo		
Fornecedores	(9.277)	-
Outros tributos a pagar	125	(229)
	<u>(7.449)</u>	<u>(503)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(32.335)</u>	<u>(24.145)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado em curso	(127.703)	(198.641)
Resgates (Investimentos) em aplicações financeiras	159	94.319
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(127.544)</u>	<u>(104.322)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	159.280	129.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>159.280</u>	<u>129.000</u>
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(599)</u>	<u>533</u>
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.993	1.460
Saldo no final do exercício	1.394	1.993
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(599)</u>	<u>533</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis **(Em Reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

1 Informações gerais

A Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. (“Companhia”) foi constituída em 16 de outubro de 2020, e está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala F - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como propósito a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica e demais obras complementares, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte e é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$1.564.961 em 31 de dezembro de 2024 (R\$56.026 5 em 31 de dezembro de 2023), desta forma necessita de aportes de capital da acionista Alupar Investimento S.A. para manter suas atividades atuais. A Administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

A Companhia obteve em 27 de setembro de 2022, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.762, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Eólica AW Nova Arizona, bem como o sistema de interesse restrito da central geradora, constituído de uma subestação coletora/elevadora denomina SE Jandaira compartilhada entre as EOL AW Cruzeiro, AW Olho D’Água I, AW Santa Régia e a EOL AW São João, de 34,5/500 kV, com 2 (dois) transformadores com potência de 120 MVA cada, e uma linha de transmissão em 500 kV, em circuito duplo, com cerca de 0,7km (setecentos metros) de extensão, até o ponto de conexão no seccionamento da LT 500 kV João Câmara III – Monte Verde (futura), sob responsabilidade de Esperanza Transmissora de Energia S.A. A central geradora será constituída por 5 unidades geradoras de 4.200 kW cada, totalizando 21.000 kW de potência instalada e 20.600 kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre. O prazo para início de operação comercial é de 54 meses (27 de março de 2027) e a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos (27 de setembro de 2057), ambos contados a partir da data da resolução autorizativa. A Companhia terá 50% de redução nas Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras ocorrer em até 48 meses (27 de setembro de 2026) contados da data da sua outorga.

A Companhia enfrenta um problema estrutural no ponto de conexão da usina, onde não é possível escoar a energia gerada, seja em condições normais de operação ou em situações de contingência simples de elementos da rede, por tempo indeterminado. Isso ocorre devido a problemas de sobrecarga nas LTs 230 kV Paraíso – Campina Grande II e Lagoa Nova II – Paraíso, que, até o momento, não dispõem de uma solução estrutural de planejamento definida pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Caso não haja uma solução para os problemas relacionados à conexão da usina, possivelmente sua viabilidade será comprometida em definitivo.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a ANEEL mitigou parcialmente o problema por meio da Resolução Normativa nº 1.065, de 11 de julho de 2023 — conhecida como “Dia do Perdão” — que instituiu um mecanismo excepcional para rescisão amigável dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A medida gerou expectativas positivas no mercado quanto à realização de leilões de transmissão em 2024, voltados à resolução da sobrecarga energética na região Nordeste.

Contudo, os lotes leiloados em 2024 não incluíram projetos capazes de resolver essa limitação, mantendo o impasse quanto à conexão da usina. Diante desse cenário, a Administração da Companhia decidiu realizar a baixa do saldo do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em de 09 de Abril de 2025.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.4 sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos e na nota explicativa 3.5 sobre a constituição de provisões.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o exercício/período apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício/período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

• **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Redução ao valor recuperável

• Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Imobilizado em curso

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, juros elegíveis a capitalização e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração,

O imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.4 Tributação

3.4.1 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240.000 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$78.586, que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos e por conta que futuramente a Companhia irá adotar o regime de tributação pelo lucro presumido.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

4 Novas normas e interpretações

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 a norma abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em um Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

- IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia e suas controladas esperam impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. A Companhia é elegível para pela aplicação do IFRS 19, e avaliará a aplicação quando a norma entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027

5 Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo

	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta corrente	1.394	1.993
Caixa e equivalentes de caixa	1.394	1.993
Fundo de investimento	26.405	24.377
Investimentos de curto prazo	26.405	24.377

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicado, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. A Companhia aplica recursos no Fundo de Investimento STA Energia, sendo composto por operações compromissadas e títulos públicos. O fundo é mensurados ao valor justo por meio do resultado, e é remunerado em média por 101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101,03% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6 Imobilizado em curso

O saldo de Imobilizado é composto pelos custos de aquisição para a construção do empreendimento conforme demonstrado abaixo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devido a inviabilidade na construção do empreendimento relatada na nota explicativa nº 1 a Administração da Companhia baixou o saldo do imobilizado pela falta de expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização.

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Serviços de terceiros	382.730	9.732	(392.462)	-
Materiais	14.960	-	(14.960)	-
Aluguel	783.503	113.101	(896.604)	-
Seguros	56.408	-	(56.408)	-
Meio ambiente	44.038	-	(44.038)	-
Tributos e taxas	28.509	3.123	(31.632)	-
Outros gastos	48.524	1.747	(50.271)	-
	1.358.672	127.703	(1.486.375)	-

	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Serviços de terceiros	91.238	291.492	382.730
Materiais	-	14.960	14.960
Aluguel	281.955	501.548	783.503
Seguros	37.474	18.934	56.408
Meio ambiente	-	44.038	44.038
Tributos e taxas	25.323	3.186	28.509
Receita sobre aplicações financeiras	(9.570)	9.570	-
Outros gastos	619	47.905	48.524
	427.039	931.633	1.358.672

7 Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Reembolso de gastos com o projeto - Alupar Investimento S.A.	720.427	720.427
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimento S.A.	869.627	710.347
Adiantamento para futuro aumento de capital - AF Energia S.A.	115	115
	869.742	710.462

A Companhia tem expectativa de integralizar o AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no decorrer do exercício de 2025.

Remuneração da alta administração

Os acionistas deliberaram que não será fixada remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, logo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve despesas de remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

8 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 16 de outubro de 2020 através da sua Ata de Constituição, os acionistas da Companhia subscreveram e integralizaram R\$1.000 (representados pela emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), esse é o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2024 e 31/12/2023	
	Quantidade de ações integralizadas	%
Alupar Investimento S.A.	999	99,90%
AF Energia S.A.	1	0,10%
	1.000	100%

9 Despesas administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(24.734)	(24.014)
	(24.734)	(24.014)

10 Despesas e receitas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
IOF s/ resgates de aplicações financeiras	(44)	(354)
	(44)	(354)
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	2.188	15.402
Atualização monetária	138	185
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(108)	(280)
	2.218	15.307

11 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores são classificados como custo amortizado cujo valor justo se aproximam do seu respectivo valor contábil. Investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado com nível II da hierarquia de valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito é mitigado uma que a Companhia aplica seus recursos em bancos de primeira linha.

Risco de taxas de juros

As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI. A Companhia avaliou que a análise de sensibilidade não é necessária, dado que as oscilações na remuneração das aplicações financeiras não apresentam impacto material sobre os resultados da Companhia.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

12 Eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2025 a Companhia recebeu da acionista Alupar Investimento S.A. o valor de R\$36.000 a título de Adiantamento para futuro aumento de capital.

* * *

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

João Eduardo Greco Pinheiro
Diretor Administrativo-Financeiro